



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 124 — SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248



A TRAGÉDIA DE LISBOA

Uma pavorosa catástrofe abateu-se sobre Lisboa e arredores durante a noite do dia 25 de novembro e a madrugada de 26. Principiou a chover às 18 horas e as precipitações, transformadas em verdadeira tromba de água, só terminaram nove horas depois. Segundo os comunicados oficiais o número de mortos ascenderia a mais de 400, mas as agências internacionais informaram que o balanço do governo não merece fé e avaliam o total de vítimas em mais de mil. Quanto aos prejuízos, são por ora incalculáveis, traduzindo-se certamente por muitos milhões de contos. A atitude assumida pelas autoridades ante os terríveis acontecimentos foi a que se poderia esperar de um governo fascista: rigorosa censura à imprensa, proibição à Rádio e à Televisão de divulgarem notícias exactas sobre as proporções do desastre, ameaças à população de prisões em massa e uma incapacidade real para enfrentar a caótica situação criada pelo temporal. Em vez de acudir eficazmente às vítimas e de providenciar abrigo, e roupas para os sinistrados, Salazar fez descer uma cortina de silêncio sobre o País e deu ordens para que a sua propaganda principiase a acusar os "agitadores", empenhados em "manobras subversivas". A revolta popular ante a vergonhosa conduta das autoridades cresce dia a dia. A nossa gravura mostra uma rua de Odivelas após o cataclismo, ainda com pessoas em cima dos telhados, aguardando os socorros depois de uma noite de pavor. Cena banal nas regiões inundadas. O espectro da fome e das epidemias paira agora sobre o País. Só a reconstrução das estradas destruídas e dos serviços públicos que entraram em colapso custará mais de um milhão de contos. Onde irá Salazar buscá-los, num momento em que a criminoso guerra colonial exaure os recursos e as forças da Nação?

## Salazar Criminoso de Guerra Condenado nas N. Unidas

O colonialismo português conta com aliados poderosos. Outra não é a razão pela qual um país como Portugal, com a mais baixa renda per capita da Europa e com uma balança comercial cujo deficit é alarmante, pode manter em África um Exército de 120.000 homens, empenhado em três guerras coloniais. Embora essas guerras custem ao povo português um alto preço, quem as financia, tornando-as possíveis, são os grandes monopólios americanos, ingleses, alemães, franceses e belgas. O fato de forçar a juventude portuguesa a bater-se em defesa dos interesses dos grandes trustes americanos e europeus, incompatíveis com os da Nação, não provoca qualquer espécie de má consciência a Salazar. O ditador fascista é vocacionalmente um criminoso. Após sete anos de guerra em África, os altos comandos e as patentes intermediárias foram selecionados de modo tão rigoroso que oficial que dê mostras de sentimentos humanitários é prontamente removido de qualquer posto de chefia. Os atos de genocídios, os assassinios perpetrados a frio, a tortura deixaram de ser excepção para se converterem em regra. Salazar não se contenta em realizar uma guerra ordenada pelos seus patrões; faz questão de transformar essa guerra numa sucessão monstruosa de crimes.

Não é de estranhar em tais condições a repercussão mundial que obteve a denúncia dos democratas portugueses do Brasil, pedindo ao Tribunal presidido por Lord Bertrand Russell que julgue o ditador português como autor de crimes de guerra. É perfeitamente compreensível que a Federação para a Paz dirigida pelo eminente filósofo tome a louvável e oportuníssima iniciativa de se prontificar a dar divulgação internacional aos crimes em questão.

A ameaça que o colonialismo português e o seu chefe representam para a Humanidade civilizada acaba aliás de ser denunciada uma vez mais nas Nações Unidas. E duas novas condenações, qual delas mais expressiva, vieram juntar-se às anteriores. A primeira, aprovada por esmagadora maioria na XXII Assembléia Geral reitera Resoluções precedentes e recomenda a imediata aplicação de sanções ao governo colonial-fascista de Salazar. A segunda, aprovada por consenso geral no Conselho de Segurança, condena o regime de Lisboa formalmente pela sua intervenção indireta no Congo-Kinshasa, concretizada através do apoio maciço dispensado aos mercenários que invadiram aquela República partindo das suas bases em Angola.

Não há portanto exagero na afirmação de que Salazar, por um motivo ou outro — temos também o caso de Biafra — se acha agora permanentemente no banco dos réus, como criminoso de guerra. Cabe pois aos democratas portugueses, espalhados pelo mundo, servir de testemunhas nesse processo em curso em que o criminoso de guerra ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR é julgado pela consciência universal. "Portugal Democrático" pede e agradece a todos os patriotas portugueses que apoiem tôdas as denúncias internacionais contra os crimes de guerra do fascismo português e, de modo especial, que se dirijam à Federação para a Paz Bertrand Russell, agradecendo a sua colaboração inestimável na tarefa de completo desmascaramento de Salazar perante a opinião pública mundial.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

NESTA  
EDIÇÃO:

- Bertrand Russell e Sartre condenam Salazar — pág. 5
- A luta dos pescadores de Matosinhos — pág. 5
- A Acção Democrato-Social e a ditadura fascista — pág. 2
- O combate dos estudantes — pág. 8
- Ainda a viagem do Papa a Fátima — pág. 3



# A ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL E A DITADURA FASCISTA

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

1 — Há correntes e agrupamentos políticos oposicionistas que pretendem agir pelo povo, de costas voltadas para o povo. Mas há outros que, sobretudo nos últimos tempos, têm ido bastante mais longe no seu divórcio das massas populares, conspirando às claras contra o povo português, em defesa de interesses que não são os da nossa pátria. São agrupamentos políticos que se apresentam publicamente como parentes afastados dos "situacionistas" e como porta-vozes de sectores monopolistas das actuais classes dominantes. São agrupamentos políticos que se abandonaram de vez a oposição irreductível ao fascismo e à luta anti-fascista: são agrupamentos políticos que só alguns aspectos poderão ser classificados de liberais e que só por força de hábito e por o governo de Salazar se encontrar no poder, são ainda às vezes designados como grupos democráticos.

Para eles, a palavra "unidade" ganhou um novo sentido. Quando falam de diálogo construtivo e de cooperação, não se referem mais ao povo e aos democratas portugueses. Referem-se aos salazaristas ou a dissidentes salazaristas e por eles se ficam.

2 — Em 26 de Julho deste ano, na introdução da notável "carta aberta" que endereçaram aos signatários do documento "A ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICA", documento de que foi primeiro signatário o Engenheiro Cunha Leal e que tem a data de 12 de junho, o Professor Ruy Luís Gomes e o Dr. José Morgado escreveram:

"Entre os signatários estão alguns democratas que participaram activamente em movimentos de unidade contra o fascismo e, por isso mesmo, lhes afirmamos mais uma vez a nossa solidariedade na luta pela Democracia. Entendemos, porém que o presente documento não contribui de modo algum, para fortalecer a oposição ao Estado Novo, não é, de facto um documento de unidade". E o Professor Ruy Luís Gomes e o Dr. José Morgado puseram justamente em relevo os três pontos principais em que as posições anti-unitárias do documento eram mais sensíveis e importantes:

- 1) Posição face ao colonialismo.
- 2) Posição face ao imperialismo.
- 3) Posição face à estrutura económica-social da sociedade portuguesa.

3 — Em 15 de setembro último, entretanto, a Acção Democrato-Social tornava pública uma nova carta endereçada ao Presidente da República salazarista igualmente intitulada "A ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICA". Tinham-se passado três meses sobre a carta anterior. A carta de 12 de junho ao Presidente salazarista Tomaz fôra correta e vivamente criticada pode-se dizer por todo o movimento democrático português. Talvez ainda fosse legítimo esperar que, de uma forma ou de outra, a Acção Democrato-Social viesse a levar em conta, daí em diante, as críticas ou parte das críticas mais

que justificadas que então lhe tinham sido feitas.

Nada disso se passou. A 15 de setembro, tal como já acontecera a 12 de junho, a Acção Democrato-Social volta a situar esta sua nova carta, e a definição da sua posição, dentro do quadro da aceitação da estrutura económico-social do Estado Novo, da admissão da dominação imperialista sobre o nosso país, da defesa sem reticências, quando muito mais esclarecida, do colonialismo e do neo-colonialismo, ignorando assim, soberanamente, os reparos da opinião democrática portuguesa.

Mais ainda: ostensivamente a Acção Democrato-Social fez gala em repetir neste novo documento as afirmações e os silêncios que mais lhe tinham sido verberados. A 15 de setembro, como 12 de junho, lá está o elogio rasgado do imperialismo e do seu "generoso e clarividente Plano Marshall" do post-guerra; lá está a mesma omissão de qualquer referência à crescente utilização do território português como sede de bases e instalações militares estrangeiras; lá está o mesmo silêncio profundamente significativo sobre o regresso do governo de Salazar à aliança dos tempos de Hitler ao velho eixo Bonn-Lisboa; lá está, repetidas vezes utilizada, em setembro de 1967, a expressão bem característica da fraseologia salazarista e colonialista: "as nossas províncias ultramarinas..."

4 — Logo no início da sua nova e longa carta de 14 páginas, a Acção Democrato-Social destaca que a sua preocupação ao dirigir-se ao Presidente da República salazarista é de: "pôr em relevo inconseqüências nos planos concepcionais e executivos com que se está pretendendo minorar o sub-desenvolvimento do todo nacional".

Expressamente a Acção Democrato-Social coloca-se assim ao nível de quem somente contesta a obra do Estado Novo no plano e no pormenor políticos, na elaboração e execução práticas. Os princípios gerais, as intenções económicas dos salazaristas, a estrutura económico-social da sociedade portuguesa, essas, não são postas em causa.

São, objetivamente, defensores do capitalismo monopolista de Estado que vêm, com certa coragem, dizer aos salazaristas, aos representantes do capitalismo monopolista instalados no poder, que certas orientações económicas do Estado Novo e, nas actuais condições, a própria existência, como forma de governo, de uma ditadura terrorista e fascista, prejudica os interesses das classes dominantes. Como porta-voz de parentes menos ricos saídos de uma mesma classe, a Acção Democrato-Social vem apontar aos salazaristas alguns "erros" económicos e contestar-lhes o uso de certos processos políticos, sobretudo na medida em que o emprego desses processos políticos de governação atinge materialmente alguns sectores monopolistas menos favorecidos. Mantendo ligações estreitas com grupos minoritários, de acionistas portugueses de grandes empresas, bancos e sociedades anónimas, de capital internacional em muitos casos, que, sentindo-se lesados pelo poder dos monopólios, não querem to-

davia contribuir para afastar os monopólios do poder, a Acção Democrato-Social, procura através de uma atividade política de "oposição construtiva", dar indirectamente força à sua voz e peso aos seus votos. Para afinal, senhora de algumas razões, mas segura da sua impotência, reclamar modestamente do Almirante Tomaz que "as suas reflexões não caíam no cesto dos papéis inúteis"...

5 — A Acção Democrato-Social tem todo o cuidado em mostrar que a sua crítica ao regime político vigente e à violação salazarista das liberdades públicas, não é uma crítica global. A Acção Democrato-Social não condena em bloco a ditadura.

Isso acha-se patente sobretudo na delicadeza de tom familiar que permite que, passados 41 anos de crimes fascistas, ainda se consiga dizer ao fascista Tomaz:

"Os nossos grandes pecados coletivos, entre os quais sem exagêro de partidarismo, não é possível deixar de citar, o regime político vigente..."

Está patente na triste e apagada timidez com que, em conversa que continua a parecer cavaqueira familiar, ainda se faz catequese aos salazaristas:

"Poderiam, ou antes deveriam, os nossos situacionistas reconhecer que a tese democrática contém em si valores eternos, tais sejam os que pretendem prestigiar e dignificar a pessoa humana." Poderiam, ou deveriam reconhecer os "nossos situacionistas"

A falta de condenação em bloco da ditadura salazarista acha-se patente, também na tradicional omissão de qualquer referência direta ou indirecta à repressão popular, aos presos políticos portugueses, às torturas da PIDE, às "medidas de segurança", aos tribunais "Plenários", aos infernos das Fortalezas de Caxias e de Peniche, aos campos de concentração coloniais, assim como na defesa da chamada "autoridade dos Poderes Públicos" apresentada pela Acção Democrato-Social, em carta a um chefe ou meio-chefe salazarista, como razão justificativa da limitação de liberdades públicas, que ilumina e explica as propostas mais adiantes avançadas pela Acção Democrato-Social de "acelerar a progressiva liberalização da nossa estrutura constitucional". Acelerar a liberalização! Como se em Portugal houvesse qualquer liberalização começada e em marcha!

6 — Mas a crítica a certos aspectos limitados do regime político salazarista não constitui o objeto principal deste documento. A pequena crítica política, nesta carta da Acção Democrato-Social, como na sua actuação, é um acessório da pequena crítica económica. Já em 1966, a Acção Democrato-Social criticou a construção da Ponte sobre o Tejo e defendeu que em seu lugar deveria ter sido feito um túnel sob o Tejo.

Agora, no fundamental, as 14 longas páginas da Acção Democrato-Social ao Presidente fascista Tomaz, apenas pretendem provar que o governo de Salazar cometeu na sua política comercial exterior um erro de palmaria quando fez aderir Portugal à Associação Europeia

de Livre Troca (EFTA), criada e dominada pela Inglaterra, em lugar de ter escolhido o Mercado Comum Europeu, dominado pelo eixo R. F. Alemanha-França, e ao qual a Inglaterra se propõe neste momento aderir, deixando é verdade, por culpa dos salazaristas, a economia portuguesa e sobretudo o povo português, numa difícil situação de isolamento.

Mas esta opção dos salazaristas, constitui um erro para a Acção Democrato-Social, porque, agindo de outra forma, um governo nacional poderia — e podia — ter acautelado os direitos e os interesses do povo português? A Acção Democrato-Social é favorável à adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu por estar convencida de que essa adesão ajudará a libertação de Portugal e do povo português da tutela imperialista estrangeira? Não amigos, também neste ponto não é a defesa da independência nacional que ressalta do documento da Acção Democrato-Social. O que neste documento preocupa, de uma ponta à outra, a Acção Democrato-Social é a melhor forma de defender os interesses das classes dominantes portuguesas responsáveis pela miséria e atraso económico do nosso povo e da nossa Pátria.

É certo que nesta carta, vamos dizer pela primeira vez, a Acção Democrato-Social lamenta os "onerosos empréstimos externos" de juros da ordem dos 7% e os "investimentos da mesma origem que, anos volvidos, virão a transmutar-se em sanguessugas da rentabilidade nacional" e que já hoje por falta de "defesas tributárias", "exploram o trabalho nacional".

Mas ao fim e ao cabo, a Acção Democrato-Social o que acaba por propôr como chave da sua "alternativa" é um simples "acôrdo de associação" ao Mercado Comum no género do que já foi transaccionado pela Grécia sem qualquer inconveniente para o domínio imperialista sobre este país...

E em inúmeras páginas dedicadas à EFTA e ao Mercado Comum, a Acção Democrato-Social (e não foi certamente por falta de lembrança), não encontra uma frase, uma palavra, para defender o desenvolvimento das relações comerciais com os países socialistas e do chamado Terceiro Mundo; para condenar o enfundamento dos grupos monopolistas portugueses aos monopólios estrangeiros; para combater a industrialização do país que sendo feita, como está sendo, voltada para a exportação, fortalece a cada passo a canga do imperialismo, de vários imperialismos, sobre as riquezas e a economia nacionais, sobre os trabalhadores e os povos de Portugal.

7 — A apreciação crítica da Acção Democrato-Social à política colonialista e de guerra colonial do governo de Salazar enferma do mesmo defeito de raiz que caracteriza os pontos anteriores: também ela é feita do ângulo limitado dos interesses e pontos de vista económicos das classes dominantes.

A Acção Democrato-Social ridiculariza, é verdade, o chamado "Mercado Comum Português" e alguns aspectos da demagogia salazarista que os fatos se encarregaram de enter-

rar depois. Pronuncia-se também, o que é mais importante, contra a continuação das guerras coloniais a que chama "lutas sem futuro" e preconiza até uma certa forma de auto-determinação que se processaria através de plebiscitos controlados pelas Nações Unidas, precedidos de negociações com partidos africanos... "solventes". Tudo isto, se fosse só isto, não poderia deixar de ser bem recebido, pelo movimento democrático português, como um passo em frente da Acção Democrato-Social.

Mas quando, passados 6 anos de guerra e de desaires coloniais, 6 anos em que se tornou patente que um exército de 150.000 ou de 300.000 homens bem armados nunca conseguirá vencer o ardor nacionalista dos povos africanos, a Acção Democrato-Social afirma que a "auto-determinação não deve conduzir fatalmente à independência" das "nossas províncias ultramarinas"; quando ela defende que o que é necessário na questão colonial é "acautelar" o "interesse Pátrio" — confundindo o interesse Pátrio com o interesse imperialista — "sem vulneração das correntes mundiais" através duma "progressiva — entenda-se, lenta — mas viável descolonização", então, torna-se claro que, tal como na apreciação da situação portuguesa, a Acção Democrato-Social procura na questão colonial, não uma solução democrática, mas uma saída para as forças reacionárias.

A política colonialista "aguentativa" de Salazar, a Acção Democrato-Social contrapõe uma alternativa dinâmica, não colonialista, aparentemente mais ousada, mas perfeitamente aceitável pelas classes dominantes, destinada a tentar conservar sobre outras formas, contra marés e ventos populares e revolucionários, o que ainda fôr possível salvar da opressão colonialista.

8 — Entre os signatários dos documentos da Acção Democrato-Social há republicanos integros e sinceramente anti-fascistas, cujo comportamento pessoal face à ditadura salazarista merece sem dúvida o respeito dos democratas portugueses.

Entretanto, uma coisa é respeitar os homens. Outra, é aceitar passivamente, é deixar passar, sem crítica, num tímido silêncio, atitudes políticas que, como acontece com os documentos citados, se opõem frontalmente aos interesses nacionais, ao movimento democrático português, ao reforço da unidade anti-fascista, ao desenvolvimento da consciência, organização e luta populares contra o fascismo.

Aos signatários dos documentos da Acção Democrato-Social, nós, democratas portugueses, virados para o nosso povo e a nossa juventude, temos o dever de dizer com toda a clareza:

Não é adotando a defesa dos interesses e das teses das classes dominantes; não é fazendo restrições à luta pela democracia em nome de uma pálida e fantasiosa liberalização do regime; não é procurando esvaziar a oposição à ditadura salazarista do seu conteúdo de luta pela conquista da liberdade popular, de pão para todo o povo, de uma verdadeira independência (Continua na pág 6)



# Novas e comentários

## O fascismo e a viagem do Papa

Decorridos seis meses sobre a visita de Paulo VI a Fátima, a propaganda fascista continua a explorar o tema, esforçando-se por tirar d'ele o maior proveito possível. A atitude benevolente, diríamos mesmo cúmplice, do alto clero português contribui para encorajar essas tentativas mistificadoras. Por outro lado o mutismo do Vaticano a respeito de tudo o que se refira à viagem do Papa a Fátima persuadiu já o governo de que pode ir longe na exploração daquilo que considera um filão rendoso. De Roma não virá reprimenda, nem sequer um desmentido, é a convicção profunda de Salazar.

O que se pretende afinal? Uma verdadeira enormidade: apresentar a ida do Papa a Fátima como caução à ditadura salazarista.

A princípio, a propaganda fascista tateou o terreno. O S.N.I. enviava pequenas notícias aos jornais, a Radio divulgava comentários carregados de insinuações, os ministros e altos funcionários introduziam nos seus discursos sobre realizações do regime parágrafos sobre a visita do chefe da Igreja Católica.

As sondagens foram consideradas positivas. E o resultado foi o temos: o País enfrenta agora uma campanha sistemática desencadeada pelos meios oficiais com o objetivo de provar que Paulo VI apoia o fascismo e é um admirador de Salazar.

A Emissora Nacional já o proclamou sem rodeios em vários programas, com ênfase especial, no dia 23 de Agosto p.p. Nesse programa, foram rebatidas inicialmente "certas especulações", segundo as quais Paulo VI não simpatizava com o regime português. Para a Emissora Nacional o próprio facto de o Papa não ter desembarcado em Lisboa e sim em Monte Real devia-se à saúde delicada do Sumo Pontífice que desejara tão somente encurtar a viagem, tendo, por sinal, ficado penalizado por não descer na capital.

Mas foram bem mais longe os redactores da Emissora oficial. Não se peçaram de recorrer a "certas confidências" que Sua Santidade teria feito durante a sua curta permanência em Portugal, principalmente ao bispo de Leiria. O Papa teria ficado maravilhado com a sua meteórica visita. Eis alguns dos comentários que, adocando a voz, os locutores da E.N. lhe atribuíram:

"Tinham-me dito que o povo português era pobre e desordenado. Verifico agora que ele é disciplinado e ordeiro, verifico que anda bem vestido e calçado. Que campos bem tratados! Tantas construções novas! E as vossas crianças! Que limpas nas suas batas brancas! E que Fé maravilhosa!"

Por incrível que pareça, há mais e pior. Cumprindo ordens recebidas de cima — certamente do próprio Palácio de São Bento — os redactores da Emissora Nacional fascista, após breve encenação, chamaram a atenção dos radiouvintes para uma "inconfidência" que iam

cometer. Na curta audiência concedida ao ditador, Paulo VI ter-lhe-ia manifestado a sua alegria pela obra por ele realizada em Portugal, felicitando-o. Salazar, humildemente, teria respondido: "Sim. Mas muito há ainda a fazer, Santo Padre!"

Os católicos progressistas portugueses — aliás atingidos com as piores diatribes durante o programa em causa — não entendem o silêncio do Vaticano. Em Lisboa, lembram, há uma Nunciatura. Os programas da E.N. são muito escutados. Ora o bom nome, o prestígio, a dignidade não apenas do Papa, mas da Igreja Católica no seu conjunto estão sendo enlameados pela propaganda fascista. O silêncio do Vaticano fere os sentimentos católicos de centenas de milhares de portugueses. Ninguém pretende um desmentido oficial da Curia Romana. Pensam os católicos que a pessoa do Papa está acima das provocações salazaristas. Mas a Santa Sé dispõe de um órgão officioso que tem por norma não deixar passar sem reparo a divulgação de notícias falsas relativas à pessoa do Sumo Pontífice. E, lamentavelmente, até agora o "Osservatore Romano" não publicou uma linha sobre o festival de mentiras da propaganda fascista tendente a apresentar Paulo VI como admirador de Salazar!

## Novos crimes de guerra em Angola

A degradação da guerra em África é um facto. O que aconteceu na Argélia, o que se verifica no Vietnam não podia deixar de se repetir em Angola. Mas no caso português há agravantes, fatos que concorrem para tornar a guerra mais monstruosa e os crimes praticados ainda mais odiosos. Enquanto na França havia uma inteligência vigilante que denunciava dia após dia a violência e a barbárie dos homens de Massu e Bigard; enquanto nos Estados Unidos há jornais e jornalistas que trazem a público a verdade sobre o Vietnam — em Portugal tudo o que se passa na guerra de África é ocultado à opinião pública e a imprensa divulga diariamente uma montanha de mentiras sobre a guerra colonial. Os assassinos são exaltados como heróis; os heróis autênticos tratados como traidores.

Não é de estranhar assim que neste sétimo ano de guerra os crimes contra a humanidade praticados em Angola na Guiné-Bissau e em Moçambique tendam a aumentar em vez de diminuir. Há hoje entre as

tropas colonialistas de ocupação uma verdadeira elite de criminosos profissionais. A imposição brutal da morte a qualquer criatura de epiderme negra tornou-se uma necessidade para esses Himmler e Eichman portugueses. Cultivam a tortura com requintes de psicopatas; divertem-se inventando novos suplícios, novas maneiras de matar lentamente as suas vítimas.

Raro é o mês em que não chegam até nós notícias de inúmeros crimes praticados por esses profissionais de um sadismo actualizado. O último informe veio directamente de Luanda e refere-se a acontecimentos ocorridos em Quilungo-Terreiro. Nessa região, longe da frente de batalha, foram arrasadas várias aldeias e liquidados todos os habitantes, incluindo mulheres e crianças. O ato de genocídio veio mencionado num dos comunicados das Forças Armadas, sob o eufemismo de "operação de limpeza". A PIDE teve uma participação destacada no massacre, colaborando com um dos seus novos "grupos de assalto". O elemento que mais se distinguiu no assassinio coletivo dessas populações inocentes não foi, contudo, nenhum dos esbirros do major Silva Pais, mas sim o alferes PINHO, um manco quase imberbe que já tem uma legenda negra em Luanda, onde é conhecido entre os colonos portugueses pela alcunha de "o menino assassino". Por iniciativa desse oficial, que desejava divertir-se, houve uma paródia de conselho de guerra, antes de se proceder à eliminação das aldeias. Os habitantes das mesmas tidos como "mais responsáveis" foram julgados e condenados à morte por enforcamento. O alferes PINHO, dando largas ao seu humor macabro, perguntou a cada um em que árvore desejava ser enforcado. Mas os patriotas em questão privaram-no da última satisfação: souberam morrer com coragem e dignidade.

Uma certeza temos: chegará o dia em que todos os PINHO serão chamados a responder pelos seus crimes contra a humanidade.

## Salazar dá conselhos ao mundo

Mais uma vez o ditador Salazar vem explicar ao Mundo como ele se deve comportar. O decrepito ditador, em entrevista ao Evening Star de Washington, e a uma cadeia de 140 jornais norte-americanos, começa por declarar que "Os direitos das pequenas potências não têm na ONU defesa possível senão quando integrados nos interesses das grandes". Mas não estará o Portugal de Salazar integrado nos interesses da Alemanha Federal, da Inglaterra, dos Estados Unidos... Ou será que Salazar nos veio explicar que os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha Federal, são pequenas potências?

Depois Salazar propõe o desaparecimento das Nações Unidas..., a menos que as Nações Unidas se reformem... a seu gosto: "Uma tal instituição, ou se reforma totalmente, ou é preferível não existir".

Depois ainda Salazar explica que "o conceito português de política ultramarina é diverso do de outros países". E desta vez estamos de acordo. Ao passo que os outros países com colónias procederam à descoloni-

zação, Salazar persiste no colonialismo através da guerra às populações que não querem mais ser colonizadas. Ainda depois Salazar fala da insuficiência de condições de vária ordem existentes nos países que recentemente ganharam a independência. Fala da falta de condições económicas, fala da falta de uma elite política, administrativa, económica, etc., etc. Diz-nos enfim, neste capítulo, que os povos que ganharam recentemente a independência deviam esperar ainda mais alguns séculos, para ao fim desse lapso de tempo se encontrarem exactamente na mesma situação em que hoje se encontram. Finalmente Salazar critica àasperamente os Estados Unidos, que por serem um país muito rico se pode permitir todas as experiências, porque se estas derem erradas, pode mudar de direcção e recomeçar tudo de novo... Enfim, os Estados Unidos são um país muito rico, e o Portugal que Salazar fez é um país muito pobre...

Mais uma vez Salazar explicou ao Mundo como ele se deve comportar. Mas o Mundo é um menino traquinas que persiste em não ouvir tão sacro-santo oráculo...

## Portugal deve deixar a O.T.A.N.

A O.T.A.N. é hoje quase um cadáver. As últimas reuniões dos órgãos políticos e militares desse estranho "Pacto" confirmaram aquilo que já era evidente: nenhum dos seus membros europeus acredita nem na sua necessidade política nem na sua eficácia militar. A chamada "Aliança Atlântica" sobrevive ficticiamente mercê das pressões dos Estados Unidos, interessados em utilizá-la como arma de propaganda e também em manterem, através dela, a sua presença militar na Europa, cada vez mais incomoda até para os governos ligados a Washington por laços de vassalagem. A atitude da França, retirando as suas forças armadas da O.T.A.N., e exigindo a saída de território francês de todas as unidades e instalações a ela ligadas valeu aliás como exemplo que outros países acabarão por seguir. Mas não a ditadura fascista de Salazar. A essa pouco importa que a O.T.A.N. seja um cadáver. Salazar sabe perfeitamente que os objetivos do Pacto do Atlântico são agressivos e não defensivos. E não desconhece também que o valor militar da O.T.A.N. na hipótese de um conflito internacional é nulo. Tem do mesmo modo a exacta noção de que a existência de obsoletas bases estrangeiras em território português poderia em caso de guerra atrair as piores calamidades sobre a Nação. Mas tudo isso não o impede de declarar a sua fidelidade à O.T.A.N. e de dar aos alemães as maiores facilidades para transformarem Beja na principal base para o treino da nova Luftwaff.

Para que tem servido, afinal, a participação de Portugal, no "Pacto do Atlântico"? Para que serviram os seis milhões e meio de contos arrancados ao povo português e esbanjados com os compromissos assumidos com essa participação absurda? Para comprar os favores dos governos que vêm garantido a sobrevivência do fascismo e financiando a guerra colonial.

Todos conhecemos essas res-

postas. Mas a verdadeira resposta à integração forçada de Portugal na O.T.A.N. só a poderemos dar, como dizia recentemente a Radio "Voz da Liberdade" "no dia em que o povo português, derrubando o fascismo, conquistando a liberdade, liberte ao mesmo tempo Portugal da tutela económica, política e militar estrangeira e estabeleça relações fraternas e mutuamente vantajosas com todos os outros países. Sob a dominação estrangeira nunca Portugal poderá ser um país verdadeiramente livre, democrático e independente".

Portugal deve abandonar o "Pacto do Atlântico". Devemos todos lutar para que essa aspiração nacional se concretize.

## Problemas de mão-de-obra

A situação do proletariado português, urbano ou rural, que durante quatro décadas foi ignorada pela imprensa domesticada do salazarismo, começa agora a merecer a sua atenção, o que reflete a preocupação do Estado Novo quanto a este sector. Sucessivos editoriais de grandes quotidianos de Lisboa e do Porto vêm focalizando alguns dos problemas com que se debate o regime, no campo do trabalho: êxodo da mão-de-obra rural, salários dos camponeses, baixa produtividade dos operários. Como era de esperar da parte destes jornais, os problemas são sempre mal equacionados. Procura-se fazer acreditar à opinião pública portuguesa que o êxodo rural não é um fenómeno novo, pois a emigração sempre existiu; que o camponês está reclamando abusivamente salários altíssimos e que a produtividade dos operários portugueses é a mais baixa da Europa.

Em relação ao primeiro ponto, as longas e laboriosas elucubrações dos jornalistas, alguns dos quais vão até à época dos Descobrimentos para mostrar que o português sempre emigrou por "aventureirismo", são, além de enganadoras, insultuosas para o nosso povo. A emigração foi realmente uma constante na história dos portugueses, não porque estes sentissem caprichosamente vontade de correr mundo, mas porque lhes faltaram sempre no seu país condições de trabalho dignas de um ser humano. E hoje ela é ainda maior do que nunca foi, justamente porque essas condições de trabalho são ainda mais indignas do que jamais foram. Não poderia portanto logicamente o fascismo, cuja política é por essência opressora do proletariado, esperar que este aceitasse passivamente e sem reacção todas as suas imposições. Quando em Portugal forem dadas ao trabalhador condições de vida decentes, estaremos certos de que a emigração cessará.

O segundo ponto das reclamações da imprensa fascista relaciona-se com o primeiro: quixam-se os porta-vozes dos grandes terra-tenentes que os camponeses reclamam salários "exagerados" e, para provarem o que dizem, citam casos em que esses salários seriam iguais aos de um professor secundário. Também aqui o problema, além de falso, é posto com má fé. Ao apresentá-lo assim, pretendendo levantar a opinião pública contra os trabalhadores rurais, esconde-se o facto de que os camponeses portugueses praticamente recebem salário apenas

(Continua na pág 6)

### RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçá a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS



# Homenagem ao companheiro Manuel Zaluar Nunes

RUY LUÍS GOMES e JOSÉ MORGADO

É muito doloroso para todos nós, companheiros de Manuel Zaluar no Instituto de Matemática do Recife, aceitar como realidade definitiva o seu desaparecimento do nosso convívio — e uma forma de reagir contra esta dura realidade é insistir nesse convívio recordando, muito especialmente para os jovens universitários de Portugal e do Brasil, os fatos mais expressivos da sua vida de professor.

É exatamente este o sentido da nossa homenagem.

Todo o professor com experiência de problemas universitários sabe como é decisivo para o futuro de um departamento científico o constituir-se em torno de um núcleo de investigadores em contacto com bons centros de investigação científica. Na verdade, só assim é possível criar aquele clima de trabalho apaixonante capaz de entusiasmar os jovens, revelar vocações e formar investigadores. Este é um princípio a defender intransigentemente por quem tenha de dirigir um centro científico.

Um exemplo de lúcida compreensão deste princípio foi dado pelos professores da Universidade Federal de Pernambuco, quando se tratou de iniciar o Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia e promover a formação de matemáticos. Assim por iniciativa dos professores Newton Maia, Luís Freire e Siqueira Neto, a Universidade resolveu contratar professores de Matemática na Europa e foi justamente das diligências empreendidas pelos professores Luís Freire e Newton Maia em Paris que surgiu a idéia de trazer para o Recife os professores Manuel Zaluar Nunes e Alfredo Pereira Gomes.

Que títulos possuíam em 1952 os dois professores portugueses para virem ensinar matemática no Recife?

Pereira Gomes tinha trabalhado com António Aniceto Monteiro no Centro de Estudos Matemáticos do Porto, onde se doutorou com uma tese cujos resultados foram assinalados no Boletim da Sociedade Matemática Americana por um matemático da categoria de Hildbrandt; tinha já publicado vários trabalhos na Gazeta de Matemática, Portugaliae Mathematica e Comptes Rendues da Académie des Ciências de Paris; tinha sido bolsista do CNRS e convívio em Nancy e em Paris com alguns dos maiores matemáticos franceses.

Manuel Zaluar tinha sido bolsista no Instituto Henri Poincaré, tinha seguido vários cursos de Cálculo das Probabilidades e Estatística Matemática feitos por Professores da categoria de Fréchet e Darjeis; tinha convívio intimamente com os matemáticos portugueses António Aniceto Monteiro e Hugo Ribeiro e com eles participado do movimento de renovação matemática em Portugal, do qual resultaram a Sociedade Portuguesa de Matemática, as revistas Gazeta de Matemática e Portugaliae Mathematica e ainda a Tipografia Matemática, concebida expressamente para assegurar a publicação dessas revistas; tinha dirigido durante

vários anos a publicação da Gazeta e desde 1945, altura em que António Monteiro foi forçado a vir trabalhar para a América do Sul, que era o editor de Portugaliae Mathematica.

A Portugaliae Mathematica é ainda hoje a única revista portuguesa que publica exclusivamente trabalhos de investigação matemática e nela têm colaborado alguns dos maiores matemáticos da Europa e da América.

Manuel Zaluar editou a Portugaliae Mathematica até aos seus últimos momentos e só por esse trabalho ele merece o reconhecimento de todos os matemáticos portugueses.

Compreende-se por tudo isto que Pereira Gomes e Manuel Zaluar tivessem sido recomendados para virem iniciar os estudos regulares de Matemática no Recife.

Cerca de um ano depois de sua chegada ao Recife, em colaboração com os colegas brasileiros Newton Maia, Luís Freire e Siqueira Neto, criam o Instituto de Física e Matemática com o objetivo de promover a investigação matemática e formar pessoal docente. De que estes nossos companheiros fizeram no Instituto de Matemática, destacamos a coleção "Textos de Matemática", fundada por Pereira Gomes, onde estão publicados cursos de matemáticos brasileiros como Leopoldo Nachbin e Paulo Ribenboim e de matemáticos estrangeiros como Godement, Chern e Bruhat; destacamos ainda a criação do Centro de Computação Zaluar Nunes.

Para além de tudo aquilo que Zaluar Nunes e Pereira Gomes realizaram no Recife, o importante é o fato de que o Instituto tem condições para prosseguir a obra iniciada pelos nossos companheiros, desde que todos nós defendamos aquele princípio fundamental de que é em torno de um núcleo de investigadores que tem de funcionar qualquer centro científico.

Infelizmente, não o tem entendido assim a Universidade Portuguesa no seu conjunto, que não só assistiu impassível ao afastamento compulsório de professores e investigadores como Abel Salazar, Aurélio Quintanilha, Rodrigues Lapa, Manuel Valadares, Pereira Gomes, Bento Caração, Zaluar Nunes, Sá da Costa, como nunca promoveu o ingresso nos seus quadros docentes de investigadores da categoria de António Aniceto Monteiro, Hugo Ribeiro, António Sérgio, Jaime Cortesão, Raul Proença, António José Saraiva, Oscar Lopes, Casais Monteiro, Vitor Ramos, Barradas de Carvalho, Andrade e Silva, Pedro Martins, Corino de Andrade, António Barros Machado, Ferreira Marques, Armando de Castro, Neves Real, Mário Ruivo, Sant'Anna Dionísio, José Marinho, Soares David, Keil do Amaral, Delfim Amorim, Júlio Pomar, Lima de Freitas, Jorge Alarcão, Ulpiano Nascimento, Lopes Graça, Joel Serrão e tantos outros.

Ora é obrigação da Universidade reunir à sua volta todas as

pessoas de real valor independentemente de suas opiniões políticas ou crenças religiosas, e muito especialmente, os investigadores, criando para eles, se necessário, novas cadeiras, novos cursos, institutos ou centros de investigação.

Nossa Pátria precisa de uma Universidade que cumpra esta obrigação fundamental. E nossa Pátria terá uma tal Universidade, pois, para isso, conta com o entusiasmo e o alto sentido de responsabilidade da juventude portuguesa.

E com o pensamento na Universidade do futuro que terminamos estas palavras de homenagem ao querido amigo e companheiro Zaluar.

A morte do Prof. Manoel Zaluar Nunes, ocorrida em Lisboa, foi muito sentida pelos seus companheiros e amigos de São Paulo.

"Portugal Democrático" envia à família do ilustre Professor as suas condolências.

## Sul-Africanos Combatem em Angola

Tropas sul-africanas estão colaborando no sul de Angola com as forças colonialistas portuguesas desde fins de agosto. A notícia chega-nos através de um correspondente de Joanesburgo e representa apenas a confirmação do que se tinha por inevitável desde as declarações do primeiro-ministro Vorster de que a África do Sul estava disposta a auxiliar militarmente os seus vizinhos sempre que a sua ajuda fosse considerada necessária.

Transcrevemos abaixo, sem qualquer alteração a informação recebida do nosso correspondente:

"Em fins de agosto, tropas sul-africanas, deslocando-se em dois helicópteros, estiveram em Massinga, nas chamadas terras do fim do mundo, na fronteira com o Sudoeste Africano. Conseguiram localizar um grupo de guerrilheiros angolanos e entraram imediatamente em contacto com o comando militar português, oferecendo-se para colaborar na "caça aos rebeldes". O oficial português a que foi feita a proposta mostrou-se de início embaraçado, pois desconhecia que formações militares estrangeiras pudessem entrar e sair de Angola sem conhecimento das autoridades. A proposta foi, porém, aceita quando o comandante sul-africano esclareceu que ao nível dos governos e dos estados-maiores já haviam sido estabelecidas todas as modalidades de uma íntima colaboração militar".

## "Voto Acertado"

Como acontece todos os anos, a questão colonial portuguesa foi de novo objeto da apreciação da Assembleia-Geral das Nações Unidas, ao ser examinado um projeto de resolução apresentado, pelos países afro-asiáticos, visando a condenação de Portugal por recusar-se a aceitar o sistema de descolonização previsto na Carta.

Entre as realizações das Nações Unidas nos seus 22 anos de existência a extirpação progressiva do colonialismo e a implementação do direito de livre determinação dos povos são sem dúvida as mais notáveis. Nada menos de 53 Nações conquistaram a sua independência pelo processo pacífico estabelecido na Carta. As grandes potências coloniais do passado, Inglaterra, França, Bélgica e Países-Baixos se curvaram, diante dos naturais anseios dos povos submetidos ao jugo de uma soberania estrangeira e aceitaram a emancipação gradativa de suas antigas colônias, procurando preservar os laços de amizade e os vínculos de interesses comerciais, que lhes asseguraram a continuidade da associação com os povos dos territórios liberados, numa colaboração nobre e respeitosa entre Nações livres.

Portugal insiste em opôr-se ao curso normal da História. Apega-se a uma ficção irrealista para negar a existência da relação metrópole-colônia entre Lisboa e os territórios de além-mar. A qualificação das colônias como províncias ultramarinas é uma construção cerebrina, desmentida pela realidade geográfica e pelo status constitucional dos povos coloniais, que não engana a ninguém. Nem sequer é original, pois também a França tentara justificar pelo mesmo artificialismo constitucional a manutenção de suas colônias, enquanto não se conformou com o fluir natural do processo histórico.

Ano após ano a Assembleia-Geral das Nações Unidas vem condenando Portugal por esse estado de coisas, absolutamente incompatível com os termos claros da Carta das Nações Unidas. Ano após ano aperta-se o cerco em torno de Portugal. Aumenta o número de Estados que votam a favor dos sucessivos projetos condenatórios apresentados e diminui a margem daqueles que ainda concedem o seu apoio relutante e embaraçado a Portugal.

Na votação ocorrida há dois dias nem um só país latino-americano votou contra o projeto que acusa Portugal de repúdio aos seus deveres internacionais. Nove alinharam-se com os afro-asiáticos, sete estiveram ausentes e quatro (Brasil, Argentina, México e Bolívia) se abstiveram. O projeto foi aprovado por 80 votos, com 15 abstenções e 8 votos contra. Apenas 8 votos conseguiu Portugal entre os 122 membros das Nações Unidas. E mesmo estes com explicações de voto que atribuíam a outras razões que não a posição colonialista o voto favorável a Portugal.

A delegação brasileira tomou uma atitude absolutamente acertada. Somos amigos de Portugal, jamais aceitaremos a aplicação de sanções contra

Portugal, nunca votaremos pela condenação de Portugal, mas também não poderemos abandonar as nossas tradições de luta contra o colonialismo para sancionar com o nosso voto a continuação do anacrônico sistema colonial português. A abstenção numa circunstância clara e inofensiva de afronta aos princípios básicos da Carta já é uma concessão de nossa posição de doutrina, como penhor de nossa amizade por Portugal.

Esperamos que Portugal sacuda os seus sonhos vitorianos de domínio ultramarino e construa as bases definitivas de uma associação, em pé de igualdade, entre Nações soberanas e independentes, com as suas atuais colônias. De uma comunidade desse tipo, digna das generosas tradições da alma lusitana, o Brasil estaria orgulhoso de participar. E seriam imensas as perspectivas que o futuro certamente reservaria ao mundo de língua portuguesa, que poderia progredir e crescer em paz, no entendimento completo e na integração dos interesses de Nações independentes, tão orgulhosas de sua ascendência lusitana como o Brasil é hoje.

(in "Jornal do Brasil",  
Rio 15-11-1967)

## Pequenas Notícias

- Os trabalhadores da Carris, como forma de pressão para o atendimento das suas justas reivindicações, começaram a fazer "cêra". Os cobradores não coram os bilhetes, os motoristas e guarda-freios não cumprem os horários.
- Em Benavila, após prolongada luta, as trabalhadoras rurais conquistaram um salário de 25 escudos por 5 horas e meia de atividade.
- No Parque Aeronáutico de Alverca, metade do pessoal foi promovido depois de lutas reivindicativas que atingiram grande intensidade.
- Na região de Quilungo, em Angola, foram arrasadas várias aldeias e liquidados todos os seus habitantes, incluindo mulheres e crianças. O número de vítimas é de várias centenas.
- Em Faro, os comerciantes de peixe estão indignados com a firma negociante do tubarão Tenreiro. Enquanto os primeiros só podem vender o produto no mercado, duas camionetas com peixe congelado do almirante fascista percorrem diariamente as ruas vendendo peixe congelado.
- Um grupo de proprietários rurais ingleses, dirigido por um tal Piggott visitou o Alentejo, avistando-se com várias entidades oficiais. Estão interessados em disputar aos alemães algumas migalhas daquilo que já foi o celeiro de Portugal e não quer transformar na horta da República Federal Alemã.
- O Conselho de Administração da Companhia de Diamantes de Angola reuniu-se este ano... em Bruxelas.
- Como as Minas de São Domingos, exaustas, deixaram de apresentar interesse para os capitalistas belgas que as exploravam, estes abandonaram praticamente à sua sorte os 250 mineiros que ainda ali trabalham. Há muito que os salários não são pagos em dia.
- Segundo o órgão financeiro norte-americano "The Journal of Commerce", Angola vai agora produzir whisky, graças ao capital estrangeiro. Era só o que faltava a Angola...
- Por "mérito extraordinário" foi promovido à primeira classe o agente da PIDE João Rodrigues, chefe do posto de vigilância da fronteira norte de Moçambique. O esmergemano em questão tem-se distinguido pelo zelo que põe na feza repressão desencadeada na sua área.
- Numa campanha levada a cabo na Província dos Alpes Marítimos contra a deportação dos presos políticos da metrópole para o Tarrafal, foi enviado à Embaixada de Portugal em Paris um protesto com 300 assinaturas.



# B. Russell, Sartre e Schwartz condenam o ditador Salazar

Conforme salientamos em nosso editorial da 1.ª página, alcançou o maior êxito a iniciativa da Unidade Democrática Portuguesa de denunciar Salazar como criminoso de guerra. Na impossibilidade de divulgarmos toda a correspondência recebida por aquela entidade a respeito do assunto, publicamos abaixo três cartas de membros eminentes do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra: a primeira, enviada por Russell Stettler em nome de Lord Bertrand Russell, presidente do Tribunal e da Fundação para a Paz que tem o seu nome; a segunda pelo filósofo e escritor Jean Paul Sartre; a terceira é um documento pessoal e foi remetida pelo matemático Laurent Schwartz ao seu colega e amigo prof. Rui Luis Gomes.

## A SOLIDARIEDADE DE LORD B. RUSSELL

É do seguinte teor a carta de Russell Stettler, diretor da Fundação para a Paz Bertrand Russell:

"Caros Amigos:

Lord Russell pediu-me para vos agradecer a vossa recente carta. Ele ficou muito lisonjeado com os vossos comentários sobre a importância do Tribunal Internacional dos Crimes de Guerra. É necessário compreender, contudo, que o Tribunal foi formado apenas por causa do Vietnã e que não está constituído como organização permanente. Não lhe será assim possível considerar na sua próxima sessão as várias acusações que apresentais contra Antonio de Oliveira Salazar, o ditador português.

As provas que estão à vossa disposição merecem no entanto a mais larga divulgação. A Fundação Bertrand Russell para a Paz terá o maior interesse em vos auxiliar na sua apresentação perante a opinião mundial. Gostariamos muito de receber a documentação a que vos referis na vossa carta. Esperamos com o maior interesse pela vossa resposta e entretanto pensamos na melhor maneira de utilizar o material que nos fôr remetido.

Com os nossos melhores cumprimentos. Atenciosamente,

Russel Stettler

## PALAVRAS DE SARTRE

Publicamos a seguir a carta de Jean Paul Sartre:

"Venho agradecer a vossa carta. Estive durante bastante tempo ausente de Paris e só recentemente ela me chegou às mãos. Espero que me desculpeis pelo atraso.

Estou inteiramente de acordo convosco no que se refere à condenação da política colonialista do governo Salazar. Entretanto, constituímos um Tribunal unicamente para julgar os crimes de guerra cometidos no Vietnã. Após a segunda sessão, que se realizará em novembro, em Copenhague, decidiremos se o Tribunal deve ocupar-se dos diferentes casos que lhe foram submetidos desde a sua criação.

Com os protestos da minha estíma,

a) Jean Paul Sartre

## A REUNIÃO DE COPENHAGUE TOMARÁ UMA DECISÃO!

Além da carta endereçada à Unidade Democrática Portuguesa a que já fizemos referência em nossa última edição, o

prof. Laurent Schwartz, um dos membros mais eminentes do Tribunal, escreveu ao prof. Rui Luis Gomes, seu amigo pessoal, a carta que abaixo reproduzimos:

"Meu caro Rui Gomes:

Venho agradecer-lhe o jornal que me enviou o que li com o maior interesse. O Tribunal recebeu a vossa carta propondo o julgamento dos crimes de Salazar. É superfluo acrescentar que temos todos a maior simpatia para com aqueles que se batem contra a ditadura portuguesa, em Portugal como em África. No entanto, o Tribunal foi exclusivamente constituído para julgar os crimes de guerra no Vietnã e não está habilitado a ocupar-se de outro assunto qualquer. A vossa carta será apresentada ao Tribunal na sessão plenária de Copenhague e ele decidirá então se tem competência para se ocupar da vossa queixa.

Faço votos para que v. esteja de excelente saúde e envio-lhe as mais cordiais saudações,

a) Laurent Schwartz

Podemos informar os nossos leitores de que a Unidade Democrática Portuguesa tomou já todas as providências para que uma completíssima documentação sobre os crimes de guerra do fascismo português seja posta à disposição do Tribunal Internacional presidido por Bertrand Russell.

## APOIO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES DA BÉLGICA

Aproveitando a passagem de Jean Paul Sartre por Bruxelas, em outubro, um grupo de de-

mocratas portugueses residentes na Bélgica entregou no dia 27 daquele mês ao grande escritor francês a carta que abaixo publicamos:

"Ao Tribunal Internacional de Crimes de Guerra,

Senhores,

Os signatários, operários e estudantes portugueses residentes na Bélgica acompanharam com a maior simpatia a ação desenvolvida pelo Tribunal Russell contra os crimes de guerra perpetrados no Vietnã. Mas não é apenas no Vietnã que todos os dias são cometidos crimes por um exército colonialista. Na Guiné, em Angola e em Moçambique, o exército do ditador Salazar desenvolve desde 1961 a sua ação de genocídio contra as populações em luta pela liberdade e pela independência nacional.

Tomamos conhecimento da carta enviada pelo prof. Rui Luis Gomes e pela Unidade Democrática Portuguesa ao Tribunal Russell, pedindo a condenação do ditador Salazar como criminoso de guerra. Vimos hipotecar a nossa irrestrita solidariedade a essa iniciativa e declarar que a Salazar podem ser imputadas responsabilidades criminais pois é responsável por três guerras coloniais e pela repressão brutal que dirige contra o povo português".

Seguem-se as assinaturas.

## NO BRASIL

A imprensa brasileira noticiou com o maior relevo a iniciativa dos democratas portugueses. Vários jornais publicaram também um comunicado da Unidade Democrática Portuguesa em que aquela entidade, tendo em vista o interesse despertado pelo assunto, informava a opinião pública brasileira do conteúdo das cartas recebidas dos membros do Tribunal e das disposições da Fundação para a Paz Bertrand Russell de colaborar na divulgação dos crimes de guerra do fascismo português. O importante jornal "Fôlha de São Paulo", dedicou ao assunto uma matéria intitulada "Salazar será o próximo réu de Russell".

## BREVEMENTE:

# "A Questão Agrária em Portugal"

Um livro que equaciona cientificamente o problema da terra em Portugal

O mais importante e profundo trabalho do género até hoje realizado

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO



O Movimento Democrático Português de Montreal comemorou no passado 5 de Outubro mais um aniversário da proclamação da República. Abriu a sessão o presidente do M.D.P. que, depois de um curto discurso, descerrou as fotografias de dois grandes anti-fascistas portugueses assassinados pela PIDE: O General Humberto Delgado e o escultor Dias Coelho. Foram inauguradas também na ocasião as fotografias de Manuel Serra, capitão Varela

Gomes, Sofia Ferreira e José Bernardino, destacados combatentes democráticos que se acham nas prisões salazaristas alguns dos quais com a pena já cumprida. A sessão terminou com canções populares e da Resistência portuguesa, cantadas pelo coral do M.D.P e com a declamação de poesias, de vibrante exaltação democrática, do poeta Luís Barbosa, por Cunha Viana, Bruna Viana e o autor.

# A corajosa luta dos pescadores de Matosinhos

PORTO — (Do Correspondente) — Toda a vila de Matosinhos e de um modo geral o conjunto da classe piscatória do Norte do País vivem momentos de grande tensão em consequência da luta que os pescadores daquela localidade vêm travando contra os armadores e as autoridades fascistas em defesa dos seus legítimos direitos.

O conflito iniciou-se em fins de Setembro com um gesto do Gremio dos Armadores que foi recebido pelos pescadores como provocação e desafio. Há muito que os proprietários dos barcos se vinham queixando do aumento das contribuições e do alto custo do combustível e dos materiais. Em vez, porém, de protestarem contra esse estado de coisas junto das autoridades fascistas, preferiram seguir o conselho destas, tornando ainda mais cruel a exploração dos pescadores. O problema foi colocado abertamente durante uma reunião realizada no Gremio pelo seu presidente, Edison de Magalhães. Nesse encontro, o indivíduo em causa, ante a torrente de queixas, propôs a sua solução: acabar com a "candonga do peixe", isto é proibir que os pescadores levassem para casa diariamente um pouco de peixe, velha tradição contra a qual ninguém até então ousara insurgir-se. A sugestão recebeu o apoio entusiástico dos armadores, entre os quais, pela sua agressividade à classe piscatória, se destacam Carlos Rocha, Manuel Teixeira Dias, Mario José de Matos e Antonio Teixeira de Magalhães. Da reunião saiu um verdadeiro ultimato: a partir de 2 de Outubro, os pescadores não

poderiam trazer para casa diariamente mais de 40 sardinhas por cabeça.

Os resultados não corresponderam felizmente ao que esperavam tanto os armadores como as autoridades fascistas. Longe de se amedrontarem, os pescadores reagiram corajosamente, levantando o desafio. No dia 2, apresentaram-se todos com os baús cheios de peixe, ignorando o tecto das 40 sardinhas. Quem se assustou foi a fiscalização que, recebendo um choque frontal, deixou passar toda a gente. Foi o próprio director da Alfândega que, alarmado, e de acordo com o sargento da Guarda Fiscal, tomou a decisão, explicando aos armadores que não se responsabilizava pelas consequências da apreensão do peixe.

Mas o presidente do Gremio e a sua pandilha não desistiram de levar avante a sua. Após uma nova reunião, decidiram elevar o limite do peixe concedido a cada pescador de 40 para 60 sardinhas (ou então 4 cabazes para toda a companhia). A medida devia entrar em vigor no dia 14, sendo tomadas providências, em toda a área ribeirinha, para que ninguém adquirisse pescado passado irregularmente pela fiscalização.

## PRISÕES E ESPANCAMENTOS

Os pescadores desafiam novamente a proibição. Passaram mais uma vez com os baús cheios e ninguém os deteve, apesar dos clamores dos proprietários dos barcos.

No dia 16, com a chegada de elementos da Polícia Marítima

(Continua na pág. 7)



# Pela amnistia e contra a repressão

## PELA ABOLIÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Por ocasião da comemoração do centenário da Abolição da Pena de Morte em Portugal, hipocritamente festejada pelos fascistas em setembro passado, um grupo de familiares de presos políticos enviou ao Ministro da Justiça de Salazar o seguinte documento:

Excelência:

Quando tivemos conhecimento de que o Governo Português comemorava a medida legislativa do século XIX — a abolição da pena de morte — nós, familiares de presos políticos portugueses, não pudemos deixar de sentir agudamente a contradição entre o celebrar de uma lei humanitária, considerada característica do espírito de compreensão e doçura dos portugueses, e a realidade dura que sentimos em nós próprios.

É de fato doloroso estabelecer o paralelo entre a legislação centenária que se festeja e que nos colocou então na vanguarda de países civilizados e aquilo que hoje na nossa lei tanto nos envergonha e oprime.

Queremos referir-nos às MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA PRESOS POLÍTICOS e mais uma vez aproveitar o ensejo para dirigir um apelo a Vossa Excelência, Senhor Ministro da Justiça.

É urgente que de alguém parta o gesto que apague enfim uma das manchas negras da atual legislação portuguesa, a vergonha que só por si nos retira o direito de enfileirarmos com as nações civilizadas.

Vigorando as MEDIDAS DE SEGURANÇA POLÍTICAS, nunca, Senhor Ministro, se poderá dizer com espírito de verdade e de coração limpo, que em Portugal não existe Pena de Morte nem Prisão Perpétua como se afirmou no colóquio realizado em Coimbra.

Vossa Excelência conhece melhor do que ninguém o sistema de aplicação das referidas medidas: prorrogações consecutivas podem fazer as penas intermináveis, os presos têm na realidade sobre si a angustiada ameaça da prisão para toda a vida. Esta situação moral, insustentável para qualquer ser humano, juntamente com as condições duríssimas vividas dentro das prisões políticas, levam a um debilitamento físico e psíquico dos prisioneiros que fatalmente lhes abreviará os anos de existência. Foi abolida a Pena de Morte, mas que chamar a este aniquilamento moroso, mas eficaz das resistências humanas, a este beber gôta a gôta do fel da angústia e da privação de tudo quanto há indispensável à vida?

Poderá, alguém assim, falar, de alma tranquila, da abolição da pena de morte e da prisão perpétua? Para isso terá de se esquecer primeiro essas mulheres e homens, portugueses dos melhores, a definharem nesta mesma hora atrás das muralhas. Mulheres e homens a cumprirem anos consecutivos de prisão, isolados, com uma alimentação deficiente e mal confeccionada, sem uma assistência médica capaz, sem possibilidades de contactos estreitos com a família, vítimas de todas as proibições, de todos os insultos, de todas as agressões e ameaças por parte dos carcereiros.

Vítimas, Senhor Ministro da Justiça, da ameaça de fuzila-

mento, como aconteceu ainda no passado mês de junho aos presos do Forte de Peniche, neste País onde há cem anos, está abolida a pena de morte.

Terá de se esquecer tudo isto e muito mais de que não falamos aqui para não alongar esta simples carta e porque já por outras vezes temos informado Vossa Excelência.

Mas nós é que nunca o poderemos esquecer, nunca, porque amamos essas mulheres e esses homens e os queremos ansiosamente reaver para a vida.

Este grito que não poderíamos calar, queremos que chegue a Vossa Excelência, Senhor Ministro.

É mais um apelo para que seja Vossa Excelência a impôr a decisão necessária. Uma decisão que enobreceria o Ministro e a Nação e que seria a única comemoração verdadeiramente válida do Centenário da Abolição da Pena de Morte em Portugal.

Aguardamos ainda esperançosamente:

— Que sejam abolidas as Medidas de Segurança Políticas.

— Que sejam humanizadas as condições prisionais."

PORTUGAL DEMOCRÁTICO solidariza-se com o apelo das Famílias dos Presos Políticos e pede, uma vez mais, aos seus leitores e amigos para reclamarem junto do Ministro da Justiça (Terreiro do Paço — Lisboa) a abolição das "medidas de segurança" e a libertação de todos os patriotas encarcerados.

## SALVEMOS AS VIDAS DE PIRES JORGE E DINIZ MIRANDA

Chegam-nos notícias alarmantes sobre o estado de saúde de alguns presos. As apreensões provocadas pela situação de SOFIA FERREIRA, AFONSO GREGÓRIO, AGOSTINHO SABOGA, MANUEL SERRA, VARELA GOMES e outros, cujas vidas estão ameaçadas pela doença, provocada por longos anos de cativeiro, junta-se o estado preocupante de PIRES JORGE e DINIZ MIRANDA.

PIRES JORGE, dirigente operário, encarcerado há 6 anos, foi transferido, em 10 de outubro passado, de Peniche para o Hospital Prisão de Caxias, urinando sangue.

DINIZ MIRANDA, operário agrícola e destacado dirigente do MUD Juvenil, preso, pela última vez, em maio e submetido, durante 15 dias, às torturas mais brutais, encontra-se em Peniche, ainda incomunicável, em estado gravíssimo.

A situação destes abnegados

lutadores, exige de todos os democratas portugueses uma rápida mobilização para lhes salvar a vida. Exijamos das autoridades fascistas um tratamento humanitário para os presos! Mobilizemos a opinião democrática internacional para libertar todos os que em Portugal se encontram encarcerados pelo seu amor ao povo, à liberdade e à democracia!

## NOTAS

(Continuação da pág. 3)

durante três meses por ano: na época das sementeiras e na das colheitas. E, assim mesmo, a sua capacidade de impôr um salário decente só é verdadeiramente válida na altura das ceifas, em que o seu trabalho é imprescindível. Desta forma, o trabalhador rural que nas restantes épocas do ano não tem outra solução se não passar fome, procura nesta altura defender os seus interesses exigindo justamente um salário decente. E assim mesmo verifica-se que não consegue ganhar o suficiente para cobrir os longos períodos de desemprego, sendo então forçado a procurar na emigração a forma de resolver a situação dramática em que a criminosa política salazarista o colocou, a ele e aos seus.

Quanto à baixa produtividade dos operários do nosso país, não dispomos de estatísticas que nos permitam contradizer os jornalistas vendidos a Salazar. Sabemos apenas que o operário português, integrado num contexto industrial francês, alemão ou canadense, para darmos apenas três exemplos bem reais, acompanha sem dificuldade o ritmo produtivo dos seus camaradas. Se a sua produtividade é mais baixa no Portugal de Salazar, que mais poderemos fazer se não aplaudir-lo? Num país onde a greve é severamente punida, a "cêra" é também uma forma de protesto e de reivindicação: a reação dos jornais salazaristas aí está para provar que ela não é das menos eficazes...

## A Acção Democrato-Social

(Continuação da pág. 2)

nacional e da paz; não é abandonando a unidade sem exclusivos com todos os democratas para aplicar em seu lugar uma política de oposição "construtiva", ou colaboração "construtiva", com fascistas e neo-fascistas, que se avança no caminho da liberdade. Esse caminho não é o caminho da libertação nacional. É o caminho da abdicação perante o fascismo. Que o sigam os que o quiserem. O povo português é que não o seguirá.

# O Arrôcho

FRANCISCO VIDAL

Lemos recentemente em um matutino do Rio de Janeiro (Correio da Manhã, 1.10.67), na seção "Escritores e Livros", de José Condé, uma interessante entrevista realizada pelo titular da coluna com Isabel da Nóbrega, escritora portuguesa que, confessamo-lo honestamente, não conhecemos, nem através de sua obra, por certo ainda não tendo atravessado a barreira do Atlântico.

Mas o que está em jogo não é a escritora em si nem os seus livros mas única e exclusivamente as declarações que fez a Condé sobre a situação dos escritores no Estado totalitarista lusitano. Com efeito, e com inusitada coragem mesmo para uma intelectual que teve a infeliz sorte de nascer no solo português e despontado sob o arrôcho total da censura primitiva e ignorante de um governo que legará ao mundo a mais alta e pura expressão de negativismo da inteligência que ao fim e ao cabo — e ao que pese aos esbirros do sr. Salazar — é o que impera na nossa pobre Pátria após 40 anos do mais total obscurantismo. Isabel da Nóbrega rebelou-se contra o atual estado de coisas, que nada mais pretende que aferrolhar o pensamento a sete chaves.

Trata-se, é claro, da mais perfeita demonstração do emprêgo do arrôcho puro e simples, aquele arrôcho tão cultivado pelos infra-homens que acreditando, honestamente ou não, que são os "donos da verdade" proibem terminantemente a livre expressão do pensamento, quando este pensamento, como soi acontecer quase sempre em países submetidos a ferozes ditaduras como é o caso de Portugal, está em desacôrdo com a "verdade oficial", que nada mais é e nada mais representa que as ideias (?) do seu chefe supremo e dono absoluto de corpos e almas, neste caso — infeliz caso o nosso... — corporificado na pessoa de um megalômano ignorante que em toda a sua infelizmente longa existência nada mais tem feito que cultivar cuidadosa e desveladamente uma ideologia há muito ultrapassada na maioria dos países, mesmo naqueles que só muito recentemente conseguiram foros de nação.

É o arrôcho puro e simples, repetimos. Quando Isabel da Nóbrega nos diz, a propósito da entrega que lhe foi feita do Prêmio Camilo Castelo Branco, que "as reflexões que a esse propósito formulei no meu discurso de agradecimento... tiveram de ser tôdas (em negativo no original) cortadas antes do texto ser reproduzido nos jornais" essas declarações, como homem livre e defensor intransigente

da liberdade de expressão, encheram-me de conflagrada tristeza. Pobres dos intelectuais portugueses que vivem ainda na nossa terra, que têm de sujeitar-se aos "diktate" de uma censura obsoleta e estúpida (e qual o não é...) ou sendo obrigados a emigrar para, então, no exterior e em liberdade, poderem dizer o que lhes apraz!...

Acho de um interesse extraordinário o que nos diz Isabel da Nóbrega, quando afirma, mais adiante: "o escritor português é um ser fabulosamente corajoso, que tem de enfrentar toda a espécie de problemas..." Como é verdadeira esta afirmação, como os nossos intelectuais, encerrados na camisa de forças de um fascismo saloio, se devem sentir infelizes ao compararem-se com os escritores dos países livres que podem exprimir-se livremente sobre os mais diferentes assuntos, sem sentir o medo de, pela madrugada como é de hábito em tôdas as polícias secretas do mundo, ouvirem bater à porta e saberem de imediato que não se trata do leiteiro nem do padeiro mas sim dos sequazes da ditadura que os procuram para os "libertar" do pensamento livre, enquadrando-os numa nebulosa "ordem nova" de ideias que terão de adotar sob pena de serem encarcerados, torturados, executados...

Que diferença entre o que nos diz Isabel da Nóbrega e uma carta que o Jornal do Brasil estampou no mesmo dia! Intitula-se "Arte e Intercâmbio" e é assinada por uma senhora que responde pelo nome de Maria Helena de Figueiredo Lima e se intitula "Delegado Geral para Portugal do Centro dos Portugueses do Ultramar do Rio de Janeiro".

É realmente edificante! Esta senhora diz-nos que a Associação que representa e de que até agora nem sequer tínhamos sabido que existia, patrocina exposições, no contexto de uma amizade luso-brasileira-colonial! Preconiza esta dama um "verdadeiro intercâmbio cultural entre os dois países", parece que englobando as colônias nessa simbiose, mostrando-se agastada pelo fato do Jornal do Brasil normalmente se referir às Colônias Portuguesas como as colônias que realmente são e não como Províncias Ultramarinas, de acôrdo com as normas oficiais tão ciosamente defendidas pela ditadura portuguesa. Será que os pobres de espírito terão o reino dos céus, como dizem que afirmava Cristo? Se assim for ele está reservado para a pessoa desta senhora Maria, enquanto a pobre Isabel da Nóbrega, por o não ser, deverá penar per secula seculorum por outras paragens, provavelmente menos amenas mas não temos dúvidas que bem mais divertidas...



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO

SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

Portugal  
Democrático

Por intermédio de pessoa amiga deste jornal, vinda de Lisboa, um grupo de trabalhadores gráficos enviou à nossa Redacção, como "donativo de tipógrafos democráticos portugueses" 350\$00 escudos e 1.000 cruzeiros.

O gesto, queremos acentuá-lo, comoveu todos quantos lutam nesta trincheira anti-fascista. Através desses contribuintes anônimos, "Portugal Democrático" saúda toda a classe operária portuguesa e de modo particular os tipógrafos dos jornais e das indústrias gráficas que constituem um dos seus destaques mais combativos.



# A Luta em Matosinhos COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

(Continuação da pág. 5)

da PIDE, iniciou-se a repressão. Foram presos o pescador Viana e um ajudante de maquinistas da traineira "Jamaica". Ao fim da tarde a Polícia Marítima pô-los em liberdade, mas depois de ambos serem espancados de modo brutal.

Os armadores continuaram, entretanto, a mostrar-se descontentes, pois não alcançaram a vitória que pretendiam. Dado o espírito combativo dos pescadores, a Polícia Marítima recebeu o choque frontal e adaptou uma tática de compromisso, ignorando ela própria o tecto das 60 sardinhas. A ordem é para deixar passar todos os pescadores que tragam baús cujas dimensões não excedam meio cabaz. Apenas os que transportam baús grandes — o que é raro — são detidos pela fiscalização que lhes retira o peixe. Mesmo assim, só são presos quando protestam com muito veemência. O papel da Polícia Marítima, após os primeiros dias, é de pura fachada. Os armadores, descontentes, contrataram pessoal seu para a fiscalização na praia, mas os resultados da manobra são mediocres, pois essa gente não

pode realizar prisões e os pescadores respondem à altura às provocações dessa horda de belguins a soldo dos proprietários dos barcos.

## CRESCER A REVOLTA

No decurso da luta, tôdas as pequenas rivalidades habituais foram postas de lado e os pescadores formam agora um bloco único, coeso e disposto a ir às ultimas na defesa dos seus direitos.

Cortar o peixe aos pescadores, neste momento, é o mesmo que cortar-lhes o pão. Eles sabem isso e daí a sua extraordinária combatividade. O baú de sardinha representa para cada um de 50 a 100 escudos. A aceitação do ultimatum do Gremio teria portanto o significado de uma espoliação monstruosa exercida sobre a classe.

Algumas traineiras, aquelas onde o entendimento entre mestres e pescadores é perfeito, já se rebelaram coletivamente, tomando iniciativas que lançaram no desespero os armadores e a PIDE que, agora, os dirige. Pelo menos seis delas estão no index da Polícia. Isso porque enviaram a terra — à guisa de experiência — alguns pescadores

com grandes baús atestados de peixe. Como a fiscalização os detivesse, voltaram para traz e na presença de grande multidão de espectadores deitaram o peixe ao mar, ante os aplausos dos seus camaradas. E enquanto assim procediam diziam bem alto: "Já que não é para nós, não será para mais ninguém!"

Há notícia de pelo menos dois barcos que, alegando dificuldades ligadas ao estado do mar, passaram a rumar para Aveiro ou Figueira da Foz, vendendo ali o peixe, passando assim a companhia a ter o direito ao dobro da caldeirada da lei e ficando isenta da fiscalização.

A regra é a solidariedade dos mestres com o pessoal, mas há excepções. Alguns recebem de 100 a 250 contos de luvas dos armadores para "serem fieis ao patrão".

O presidente do Gremio, o dito Edison de Magalhães, já se deslocou várias vezes a Lisboa no intuito de obter uma ajuda mais substancial do governo. Mas as autoridades fascistas não parecem dispostas a encorajar os proprietários dos barcos. Após os primeiros rompantes, iniciaram já o recuo. A própria PIDE recebeu instruções expressas para agir com prudência. Os organismos fascistas da pesca receiam acima de tudo que os pescadores vão até à greve.

Essa perspectiva não parece muito provável. Os pescadores continuam confiantes. O reforço da unidade é um facto auspicioso. Ninguém aceita as imposições dos armadores e a fiscalização é diariamente desafiada. Por outro lado, a rapidez e a veemência da reacção às poucas prisões realizadas, denotam que os pescadores estão dispostos a lutar corajosamente contra a repressão. Mas é geral o receio de que uma greve malograda devido ao regresso dos barcos que participaram da safra do bacalhau. É habito das tripulações dêsse navios oferecerem-se para a pesca da sardinha durante dois meses. Como já realizaram bons ganhos nos bancos da Terra Nova e da Groenlândia não discutem condições e passam a constituir um fator negativo no mercado do trabalho, prejudicando os seus colegas especializados na pesca da sardinha.

## SOLIDARIEDADE

"Portugal Democrático" não podia faltar com a sua solidariedade aos corajosos pescadores de Matosinhos. De longe, acompanhamos com emoção a luta heroica em que se acham empenhados e fazemos votos para que toda a classe piscatória portuguesa possa ajudá-los com a sua solidariedade activa. Pedimos aliás a todos os nossos amigos e leitores que manifestem a sua simpatia pelos pescadores de Matosinhos e por suas famílias enviando cartas e abaixo assinados, ao "Presidente" Americo Tomaz, ao ministro do Interior e ao comandante da Polícia Marítima protestando contra as prisões realizadas e o apoio concedido pelas autoridades fascistas aos armadores.

## OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 26 metros.

## UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

## GUINÉ

Grande parte do território da Guiné "dita portuguesa", está nas mãos do seu legítimo povo, e sob a orientação política do P.A.I.G.C. que tem dirigido desde o início as ofensivas contra a guerra colonial, perpetrada pelo governo de Salazar. Assim, ao mesmo tempo que prosseguem com êxito os ataques às tropas colonialistas, os dirigentes e o povo da Guiné, trabalham nas zonas livres pelo progresso e desenvolvimento agrícola, tendentes a aumentar e a diversificar a produção, em prol da assistência sanitária e da formação de quadros técnicos necessários ao novo país, tão indispensáveis como a atividade agrícola, ao prosseguimento vitorioso da luta armada libertadora. Estes são dois aspectos paralelos e interdependentes de uma mesma luta, a luta pela independência da Guiné, são acções e esforços simultâneos dos dirigentes do P.A.I.G.C. De ambos vamos dar hoje as notícias que se seguem, referentes a Agosto e Setembro:

Novas parcelas de terreno foram cultivadas, tanto no Norte como no Sul do país, e foram experimentadas novas culturas no âmbito do melhoramento do regime alimentar do povo da Guiné. Pela primeira vez, é com orgulho que registam a presença de engenheiros agrónomos e técnicos da agricultura, filhos do povo e formados no estrangeiro durante a luta. Enquanto os estudantes, quadros em formação no estrangeiro, vieram passar as suas férias ao país, contribuindo desse modo para uma ajuda directa à luta, professores das regiões libertadas frequentaram no mesmo período de férias o 3.º Centro de Aperfeiçoamento.

No plano da assistência sanitária, em que a obtenção de medicamentos, continua sendo um dos esforços principais, conseguiu-se formar durante o ano escolar de 67, 76 enfermeiros e enfermeiras auxiliares, no próprio interior do país, ao mesmo tempo que se aguarda a vinda de 30 enfermeiras que acabam de finalizar os seus estudos no estrangeiro.

Mais 30 bolsiros partiram para essa frente de luta que é a formação de quadros.

## ENQUANTO UM MUNDO NOVO SE CONSTRÓI... OUTRO MUNDO SE PRESERVA E SE CONQUISTA

Eis algumas das operações levadas a cabo nos meses de Agosto e de Setembro:

No dia 1 de Agosto, o campo entrincheirado de BEDANDA foi atacado a tiros de canhões e de morteiros, ficando destruídas duas casernas e causando várias perdas ao inimigo.

No dia 2 de Agosto o campo entrincheirado de CAMECONDE, na região de QUITAFINE esteve mais uma vez sob bombardeio intenso. Segundo informações, três casernas ficaram destruídas, morreram 7 militares tendo ficado vários feridos.

No dia 4 de Agosto um contingente português caiu numa emboscada na estrada de TCHURO, perdendo 7 homens, quantidade apreciável de material e levando consigo vários feridos.

No dia 5 de Agosto, as tropas portuguesas que tentavam infiltrar-se na zona de CAÇOLOL para perpetrarem crimes contra a população da aldeia de SANTHIABA MANDJACO, foram interceptadas tendo sido postas

em fuga pelos combatentes do P.A.I.G.C. Morreram 11 militares e vários ficaram feridos.

No mesmo dia, um comando do Exército regular do P. A. I. G. C., cujos membros se tinham disfarçado de camponeses portadores de produtos agrícolas para o mercado, conseguiram infiltrar-se no próprio centro da cidade de BULA, quartel geral das tropas portuguesas no Centro-Oeste do país. Perante o espanto geral, incluindo o dos próprios militares portugueses que ficaram paralizados, foram destruídos um tanque blindado que vigiava o mercado e com ele os 4 ocupantes.

No dia 6 de Agosto, a artilharia guerrilheira atacou com morteiros 82 e canhões sem recuo, o campo entrincheirado de BIGENE, na região de Farim, destruindo duas casernas, o posto de rádio, uma casa comercial e causando 8 mortes.

No dia 8 de Agosto, o campo entrincheirado de BIGENE foi de novo alvo de um bombardeamento de canhões e de morteiros que causaram desgastes consideráveis.

No dia 9 de Agosto, a três quilómetros de CO, na estrada de PELUNDO na região de Canchungo, foi atacado um contingente português.

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura  
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General  
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

### REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: Juao Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — rue Jolly, 77 Schaarbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos  
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1  
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casila de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Indríská 41  
C.14 Schánka 646 — Praha 1  
Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático»

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:  
Rua Conselheiro Furtado, 191  
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248

Composto na  
Editora ESCRITOS Limitada  
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas

Número avulso . . . . . NC: 0,20  
Assinatura anual . . . . . NC: 3,00

ANO XII - N.º 124 - DEZEMBRO/1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

## Liberdade Sindical: uma Batalha em duas frentes

A criação dos "sindicatos nacionais" fascistas, em fins de 1933, deu lugar a uma vasta operação policial contra os sindicatos livres dos trabalhadores portugueses. As forças repressivas salazaristas assaltaram e saquearam as sedes dos sindicatos, roubaram as coleções de jornais, os livros das bibliotecas, o dinheiro das quotizações.

A resposta dos trabalhadores foi enérgica. Desencadearam, em 18 de janeiro de 1934, uma greve geral política. A data de 18 de janeiro de 1934 ficou assinalada por numerosas ações violentas e choques com as forças repressivas. Os operários ocuparam a Marinha Grande, importante centro industrial. Forças da G.N.R. e do Exército foram enviadas para os submeter e o cerco da heroica região industrial durou vários dias.

Os trabalhadores bateram-se valentemente, mas foram derrotados. Milhares de entre eles foram presos e torturados. Muitos operários, exilaram-se. Centenas foram condenados a pesadas penas de prisão que chegaram a atingir 20 anos. Numerosos sindicalistas foram encarcerados na Fortaleza de S. João Baptista (Açores) e enviados para o Campo de Concentração do Tarrafal (Cabo Verde). Muitos morreram na deportação.

Edificada sobre o terror a organização sindical salazarista, apareceu desde sempre aos olhos dos trabalhadores portugueses como um colete de forças, como uma peça indispensável do aparelho de violência do Estado Novo contra os trabalhadores.

Em 1944 e 1945, o regime salazarista consente a generalização de "eleições sindicais". Não o faz por se sentir mais forte e seguro. Pelo contrário. Foi o crescendo do movimento popular e democrático português, a derrota mundial do nazi-fascismo e, sobretudo, a tática aplicada pelos trabalhadores portugueses que desde 1936, procurando as possibilidades de atuação legal, têm utilizado os sindicatos fascistas, que obrigaram o governo de Salazar a ceder algum terreno no plano sindical.

De então para cá os trabalhadores portugueses não deixaram de utilizar os sindicatos fascistas nas lutas económicas e políticas, ou de colocarem os sindicatos fascistas em dificuldade actuando para lá das restrições legais. Em ultima análise, têm sido as lutas e dentro delas a utilização dos sindicatos fascistas, por um lado, o desenvolvimento das comissões de unidade operária, por outro, que têm dado corpo e vida à condenação do corporativismo fascista e à profunda exigência popular de liberdade sindical, de sindicatos livres.

A JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA, como direcção no exterior do movimento anti-fascista, tem apoiado a luta dos trabalhadores portugueses pela liberdade sindical, pelo direito de autonomia sindical e da livre eleição das direcções sindicais. Na batalha pela liberdade sindical, batalha que com os trabalhadores portugueses travamos em duas frentes, no interior e no exterior, enquadra-se a diligência que, pela terceira vez consecutiva, a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL efectuou junto da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.).

Contestamos a presença nas CONFERÊNCIAS da O.I.T. de falsos representantes dos trabalhadores portugueses.

Lutamos pela liberdade sindical.

Reivindicamos que os trabalhadores portugueses designem democraticamente, para as direcções dos sindicatos e para as conferências internacionais, os seus representantes autênticos.

(in "Liberdade", Setembro de 67)



Natal do Prêso Político

Publicamos abaixo a relação dos últimos donativos recebidos para o Natal do Prêso Político, tradicional iniciativa do nosso jornal.

Table with 2 columns: Donor Name and Amount. Includes entries like Transporte (325,00), Irmãos Oliveira (5,00), Francisco S. Gomes (5,00), João Oliveira (10,00), João Pinto (5,00), and a total for transport (350,00).

Apêlo de Bertrand Russell a favor de J. Bernardino

Lord Bertrand Russell, o infatigável lutador pela causa da paz mundial, lançou em 27 de outubro o seguinte apêlo, a favor do dirigente estudantil português José Bernardino: 'Há mais de quatro anos chamei a atenção para um ato de flagrante injustiça cometido em Portugal. Durante um julgamento fraudulento, José Bernardino foi brutalmente agredido, por se opôr à tirania de Salazar. Naquela altura, José Bernardino falou corajosamente, em sua própria defesa, e essa pode ser uma das razões porque se encontra ainda na prisão. Como já se achava prêso há um ano no momento em que foi julgado, já cumpriu portanto cêrca de cinco anos e meio de cadeia. E esta situação pode prolongar-se indefinidamente. Embora a sua sentença oficialmente já tenha sido cumprida há um ano, as autoridades salazaristas recusam-lhe a liberdade, a pretexto de que lhe foram aplicadas "medidas de segurança" pela policia política. José Bernardino é jovem, casado e a sua vida está sendo lentamente destruída pela prisão. Quanta crueldade estará o mundo disposto a tolerar, por parte desta terrível ditadura portuguesa? Todos os que respeitam a justiça e os direitos do Homem têm o dever de reclamar liberdade para José Bernardino.' Bertrand Russell

LE CREPUSCULE DES CHACALS réactions VI

acte d'accusation

AGUIAROS ENFERMOS... Agradecemos a todos os colaboradores... O acto de acusação... Agradecemos a todos os colaboradores... O acto de acusação...

Réactions



LEON FERREI (Argélia) La Libération occidentale et chrétienne

Ascenso das lutas estudantis

Os estudantes do Instituto Industrial de Lisboa elaboraram um abaixo-assinado dirigido ao Ministro da Educação Nacional em que denunciavam a não existência de verba que permita um funcionamento eficiente dos laboratórios e oficinas, a consequente escassez de apetrechamento, os expedientes da direcção do Instituto para obviar a esta situação (obtenção gratuita de material em segunda mão, custeio pelos alunos da utensilhagem deteriorada e das matérias primas utilizadas ao longo do ano, sob pena de não publicação das notas finais e, finalmente, no ano de 1966/67 pagamento suplementar de 50\$00 no acto de matrícula), a inexistência de qualquer seguro escolar que cubra os riscos a que estão sujeitos os alunos (como se verificou no acidente ocorrido há pouco e em que ficaram feridos 9 alunos, sem que as autoridades escolares se responsabilizassem pelo fato e custeassem o tratamento de um estudante gravemente ferido e sem condições económicas para isso), refere as reuniões gerais de alunos e os protestos dos alunos contra o pagamento da taxa suplementar de 50,00, o referendo feito para decidir quanto ao destino a dar ao dinheiro (que continha 3 opções: devolução individual, para uma cantina e para a manutenção dos laboratórios) e a recusa da direcção do Instituto em proceder à devolução individual. Em face do exposto, termina exigindo: 1.º - que haja da parte do M.E.N. uma revisão das verbas atribuídas ao Instituto e destinadas à manutenção dos laboratórios e oficinas; 2.º - que seja assegurada a devolução individual de 80% da taxa suplementar de 50,00; 3.º - que seja feito pelo M.E.N. um seguro escolar aos alunos do Instituto.

agrava-se a repressão ao movimento estudantil português. A gravidade de que tais acontecimentos se revestem não fica por aqui; com as sanções aplicadas a estes cinco estudantes foram abertos precedentes muito graves na repressão contra o movimento estudantil do Pôrto, dois dos quais são também factos inéditos na repressão ao movimento estudantil português dos últimos anos. Pela primeira vez depois da "crise académica" foi o Porto atingido por sanções disciplinares, pela primeira vez também aparece um Conselho Escolar como directamente responsável por tais sanções, pela primeira vez ainda são aplicadas sanções na base de críticas formuladas à situação do ensino. Tudo isto é extremamente grave e claramente indicativo da disposição dos meios fascistas em utilizar no seu combate ao movimento associativo, na sua perseguição a to-

dos os estudantes progressivos, os mais execráveis métodos de repressão. Uma das características mais recentes e perigosas da politica repressiva do governo fascista contra o movimento associativo consiste na repressão indirecta, ou seja, na criação e apoio de organizações estatais e pseudo-associativas destinadas, a médio e longo prazo, a substituir as Associações de Estudantes. A repressão indirecta é só por si insuficiente para julgar o movimento associativo. Inúmeros factos ocorridos no Porto no corrente ano letivo em que sobre o movimento estudantil se abateu a mais feroz repressão dos últimos anos e, em particular, os três precedentes abertos no processo que se concluiu com a suspensão dos cinco jovens do IIP, mostram não só como a repressão indirecta se associa intimamente a repressão directa, mas também que a repressão directa ao movimento associativo assume formas cada vez mais refinadas e violentas sempre que o governo encontra pela frente a oposição decidida dos estudantes (que não é entretanto suficientemente poderosa para o fazer recuar). O movimento associativo não foi nem será jugulado. Ele contém em si potencialidades imensas que não permitirão o seu aniquilamento. É necessário que o combate seja travado não apenas localmente ao nível de Escola, não apenas regionalmente ao nível de academia, mas no plano nacional, pelo conjunto do movimento estudantil. As vitórias históricas do movimento estudantil contra a repressão e pela liberdade associativa, apenas foram possíveis com base na unidade de acção de todos os estudantes portugueses.

A gravura que acima publicamos reproduz a 1.a página de um número extraordinário de "Réactions" dedicado à luta do povo português contra o fascismo.

O editorial intitula-se "Acto de Acusação" e inicia-se com as seguintes palavras: "Em nome dos direitos do homem, em nome da liberdade, no de centenas de cadáveres cujo sangue clama por vingança e em nome de uma justiça que não temos a pretensão de deter mas à qual aspiramos ardentemente: a fim de que seja posto um paradeliro à opressão brutal de todo um povo pela força e pela estupidéz.

Acusamos formalmente as seguintes personagens: (...) Seguem-se os nomes de Salazar, Américo Tomaz, Antunes Varella, Santos Costa, Galvão Teles, Correia de Oliveira, Henrique Tenreiro e outros corifeus do fascismo acompanhados de breve enumeração de alguns dos crimes pelos quais se tornaram responsáveis perante o povo português e a humanidade.

Colaboram na iniciativa com poemas dedicados à luta do povo português os seguintes escritores: Leon Spiro, norte-americano; Carlos Arizaga, equatoriano; Jean Beghelin, suíço; David Schenert, belga; Ethel Adnan, libanês; André Appercelle, francês; Papiano Carlos, Exito Gonçalves, Edgardo António, Veiga Leitão e Joaquim Namorado, portugueses; e Pierre Boujut, suíço.

"Réactions" tem como director Jean Beghelin, é impresso na Suíça e editado sob o patrocínio de dois intelectuais de renome mundial: Friedrich Durrenmatt e Henri Guillemin.

O TARRAFAL NÃO EXISTE!

É verdade amigo, o Tarrafal não existe. Não somos nós que o dizemos, é o governo de Salazar. O mesmo Governo que lá tem presos centenas de patriotas angolanos e guineenses, o mesmo governo que já liquidou no Tarrafal, dezenas de democratas portugueses e que ameaça enviar para lá outros, afirma agora muito oficialmente que este Campo de Concentração não existe! Em 28 de junho, duas individualidades suíças dirigiram-se por carta à Embaixada Portuguesa manifestando interesse em visitarem o Campo de Concentração do Tarrafal, nas Ilhas de Cabo Verde, para verificarem pelos seus olhos como são tratados os presos. Passou-se tempo, e há dias tiveram resposta assinada, pelo encarregado de negócios da Embaixada Salazarista na Suíça, um tal senhor Empísis. Respondeu Sua Excelência textualmente: «Tenho a honra de vos informar que as autoridades portuguesas às quais foi transmitido o seu pedido de autorização de visita ao «Campo do Tarrafal», acabavam de me comunicar que lhes é impossível conceder a autorização pedida pelo simples facto de um tal «Campo» não existir.» Assim mesmo. Tal e qual. Nós somos na verdade um país espantoso! Um país em que todo o Povo vê uma coisa e o governo vê outra! Estamos em plena força de peça de Gil Vicente, em que um personagem chamado «Todo o Mundo» via uma coisa e outro, chamado «Ninguém» via o contrário. Na nossa terra, sob o salazarismo,

«Ninguém» é o Povo Português e «Todo o Mundo» é o governo de Salazar, «Ninguém» que é o Povo vê prisões, torturas e assassinios da PIDE. «Todo o Mundo», que é Salazar, não as vê. «Ninguém» vê subirem os preços, os impostos e os salários ficarem na mesma. «Todo o Mundo», vê o contrário. «Todo o Mundo», que é Salazar, não vê a guerra colonial e acha que os negros são brancos e portugueses. «Ninguém», que é o Povo, vê morrer milhares de Portugueses e Africanos em cada ano. E agora o governo de Salazar nem vê o Tarrafal! Pobres e infelizes mentirosos! Ainda não capazes de pensar que os acreditam! Não, senhores salazaristas ninguém, mas agora na verdadeiro sentido da palavra, ninguém os acredita já! E na Suíça, na mesma Suíça, onde lançaram mais esta mentira, em novembro próximo a Conferência que lá se realizará contra a repressão salazarista e de defesa dos presos políticos portugueses está a caminho de ser um grande êxito. Êxito para que contribuíssem, sem dúvida alguma, a pobres, infelizes, atropalhados e mentirosos resposta do sr. Empísis, em nome do Governo. Foi tão boa que circula largamente em fotocópias. E vamos aumentar a tiragem! (Transmitido pela Rádio «Voz da Liberdade», Argel).

SANÇÕES DISCIPLINARES NO INSTITUTO INDUSTRIAL DO PÓRTO

O Conselho Escolar do Instituto Industrial do Pôrto suspendeu cinco estudantes da frequência das aulas por um período de cinco meses. Este o resultado do inquérito disciplinar aberto em maio contra o Movimento Associativo do IIP sob o pretexto de que uma delegação da Comissão de Sebeintas que se deslocara a Lisboa havia, em entrevista concedida

PORTUGAL DEMOCRATICO R. Cons. Futuro, 191 - SP. Brasil Endereços de Assinantes